

Quarta-feira

4 de Setembro de 2024 24 - Ano XII - Nº 2931

Lauro de Freitas



EDITAL SECULT N.º 003/2024

TERMO DE CELEBRAÇÃO CULTURAL N° 001/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11643/2024

EDITAL SIVÚ RESISTÊNCIA

PRÊMIO DE INCENTIVO À ARTE E À CULTURA DE LAURO DE FREITAS

ANEXO V

AUTO DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DA PROPOSTA**  ATENÇÃO: Os campos marcados com asterisco vermelho (\*) são de preenchimento obrigatório. | | | | |
| **NOME COMPLETO DO PROPONENTE:** \* | | | |  |
| **E-MAIL DO PROPONENTE:** \* | |  | | |
| **CONTATO DO PROPONENTE:** \* | | |  | |
| **TÍTULO DA PROPOSTA:** \* |  | | | |
| **N.º DO ID CULTURAL:** \* |  | | | |
| **AUTO DECLARAÇÃO**\* | | | | |
| Declaro para fins do Termo de Execução Cultural n.º 001/2024 Edital Sivú Resistência – Prêmio de Incentivo à Arte e à Cultura, de acordo com a classificação dos critérios estipulados pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, e assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, que sou:  **( ) PRETO(A);**  **( ) PARDO(A); ( ) INDÍGENA.**  ( ) Estou ciente que, em caso de falsidade ideológica ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis, haja vista, que as inverdades declaradas e detectadas nesta seleção serão encaminhadas ao Ministério Público do Estado da Bahia, para os trâmites pertinentes, respeitado o Estado Democrático de Direito, a ampla defesa e o contraditório.  ( ) Estou ciente que, no momento da inscrição no formulário online, irei hospedar 02 (duas) fotos do rosto, sendo uma de frente e outra de perfil, em fundo branco, sem filtros, sem óculos e acessórios, conforme item 10.2 do presente Edital.  O Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica Art.299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, como fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena-reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.  Lauro de Freitas, de de 2024.  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Assinatura do(a) Proponente** | | | | |

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NJJBODK5QJI4OERCOTHFNJ

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.